RESOLUÇÃO COEMA Nº 04, DE 07-06-2018

ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO COEMA Nº26, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015, A COMPETÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DO CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ.

O CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COEMA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Nº11.411, de 28 de dezembro de 1987 e integrante do Sistema Estadual do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Estadual Nº23.157, de 8 de abril de 1994, que dentre outras competências especiais, determina no art.2º, VII, a incumbência deste Conselho em estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas a utilização, preservação e conservação dos recursos ambientais.

CONSIDERANDO que o art.31-A do Decreto nº4.340, de 22 de agosto de 2002, incluído pelo Decreto nº6.848/2009, prevê que o Grau de Impacto (GI) nos ecossistemas, para fins de compensação ambiental, pode atingir o valor de 0,5%;

CONSIDERANDO que a Resolução CONAMA 371/2006, estabeleceu diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei Nº9.985/2000, levando-se em consideração os custos totais previstos para implantação do empreendimento e a metodologia de gradação de impacto ambiental definida pelo órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO que o art.15 da Resolução CONAMA 371/2006 estabeleceu que o valor da compensação ambiental fica fixado em meio por cento dos custos previstos para a implantação do empreendimento até que o órgão ambiental estabeleça e publique metodologia para definição do grau de impacto ambiental;

CONSIDERANDO que o órgão ambiental licenciador possui a competência legal para discernir a metodologia de definição do grau de impacto ambiental causado pela implantação do empreendimento;

CONSIDERANDO que o art. 5º do Decreto Estadual nº 30.880, de 12 de abril de 2012 estabelece a instituição da Câmara de Compensação Ambiental e suas respectivas finalidades.

CONSIDERANDO que ficou acordado, na 4ª Reunião Ordinária da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA, ocorrida em 28 de setembro de 2015, a alteração da metodologia de cálculo prevista na Resolução COEMA nº11, de 04 de setembro de 2014.

RESOLVE:

Art.1º O art.1º, caput e §§1º e 2º, da Resolução COEMA nº11, de 04 de setembro de 2014, passam a ter a seguinte redação:

“Art.1º O Valor da Compensação Ambiental – CA será calculado pelo produto do Grau de Impacto – GI, no patamar de 0,5% para todos os empreendimentos em licenciamento, com o Valor de Referência – VR, de acordo com a fórmula a seguir:

CA = VR x GI, onde:

CA = Valor da Compensação Ambiental;

VR = somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais; e GI = Grau de Impacto = 0,5%.

§1º As informações necessárias ao cálculo do VR deverão ser apresentadas pelo empreendedor ao órgão licenciador antes da emissão da licença de instalação.

§2º Nos casos em que a compensação ambiental incidir sobre cada trecho do empreendimento, o VR será calculado com base nos investimentos que causam impactos ambientais, relativos ao trecho. (NR) ”

Art.2º O art.2º da Resolução COEMA nº26, de 10 de dezembro de 2015, passa a ter a seguinte redação:

“Art.2º Caberá à Secretaria do Meio Ambiente – SEMA realizar o cálculo da compensação ambiental de acordo com as informações a que se refere o art.1º desta Resolução. (NR) ”

Art.3º O art.3º da Resolução COEMA nº26, de 10 de dezembro de 2015, passa a ter a seguinte redação:

“Art.3º Para os fins de fixação da Compensação Ambiental, a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, estabelecerá o procedimento aplicável para a avaliação das informações fornecidas pelo interessado e aplicação da fórmula prevista no art.1º desta Resolução. (NR) ”

Art.4º O art 4º da Resolução COEMA nº26, de 10 de dezembro de 2015, passa a ter a seguinte redação:

O §1º do art.7º da Resolução COEMA nº11, de 04 de setembro de 2014, passa a ter a seguinte redação:

“ Art.7º (...)

§1º A SEMA manterá o rígido controle da utilização dos recursos conforme os Planos de Trabalho, apresentados na forma do Anexo III, aprovados pela CECA, semestralmente apresentados para acompanhamento ao Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA. (NR) ”

Art.5º Ficam revogados os §§3º a 10º do art.1º, o art.10 e os anexos I e II da Resolução COEMA nº11, de 04 de setembro de 2014, e demais disposições em contrário.

Art.6º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de setembro de 2014.

Art.7º A presente Resolução foi aprovada na 58ª Reunião Extraordinária e entrará em vigor na data de sua publicação.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COEMA, em Fortaleza, 07 de junho de 2018.

Artur José Vieira Bruno

PRESIDENTE DO COEMA